



REQUERIMENTO

Após a visita recente do seu Presidente aos Açores foi publicamente anunciado que a ANA, SA assumia formalmente o compromisso de transferir para a Região os terrenos não afectos à actividade aeroportuária, na envolvente do aeroporto de Santa Maria.

A possibilidade de utilização destes terrenos é uma velha ambição dos marienses e da sua autarquia, sendo que estes são a natural zona de expansão de Vila do Porto. A situação que se arrasta há longo tempo não só constitui um entrave ao desenvolvimento urbano de Vila do Porto, como se têm vindo a degradar as infra-estruturas e as habitações que se encontram devolutas sem poderem ser utilizadas, pois são pertença da ANA. Por outro lado, os moradores das habitações sitas nesses terrenos, de há muito anseiam pela resolução deste impasse, por forma a permitir-lhes a regularização contratual das suas moradias. Exige-se, assim, urgência na solução destes problemas.

No entanto, o mencionado anúncio público foi omisso em relação à data provável para a transferência definitiva, alegando que os obstáculos são só "meramente burocráticos".

Por outro lado, justifica-se que a Região, em parceria com a Câmara Municipal de Vila do Porto, comece a desenhar, desde já, os modelos de requalificação e reutilização destes terrenos e do seu financiamento, bem como a delinear ideias sobre os instrumentos de planeamento e os fins a que se destinarão os terrenos nos quais, os marienses devem ter espaço para intervir na construção das soluções que considerem mais adequadas para a valorização e requalificação daqueles espaços.

A Representação Parlamentar do PCP Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo a seguinte informação:

1. Qual a natureza e incidências dos obstáculos burocráticos ainda existentes para a transferência de propriedade definitiva dos terrenos em causa?
2. Qual a data provável da superação destes obstáculos e da transmissão definitiva dos terrenos?



3. Como planeia o Governo envolver a Câmara Municipal de Vila do Porto neste processo?
4. Pretende o Governo lançar com brevidade processos de consulta e discussão pública sobre o destino a dar aos terrenos em causa?
5. Que modelo de planeamento, gestão e financiamento pretende o Governo implementar na requalificação daquela área?

Horta, 17 de Setembro de 2009

O Deputado Regional do PCP

Anibal Pires
Anibal Pires

